

Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com as inundações em Campos dos Goytacazes

ENVIRONMENTAL DISASTERS AND SPACE APPROPRIATION: THE URBAN POLICY AND THE EXPERIENCES WITH INUNDATION IN CAMPOS DOS GOYTACAZES

Resumo:

Os desastres ambientais, além dos aspectos naturais, também devem ser compreendidos como processos socialmente construídos que possuem uma historicidade. Este artigo pretende examinar a influência das políticas urbanas sobre as áreas atingidas por desastres e sobre os sujeitos que vivenciam tais situações. Para tanto, analisa as características socioeconômicas, as condições de infraestrutura urbana e a percepção sobre as inundações e o acesso à habitação por parte dos moradores de Ururá, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense. A metodologia consiste em uma pesquisa de survey domiciliar realizada através da aplicação de questionários. Os resultados mostram uma precariedade na infraestrutura urbana e condições de apropriação do espaço por parte dos moradores da área afetada. Nota-se que a percepção sobre o risco de desastre está relacionada à perspectiva de permanência ou saída da localidade, à possibilidade de aquisição da casa própria e às relações de pertencimento com o lugar de origem.

Palavras-chave: desastres, inundações, espaço urbano, política habitacional.

Abstract:

Environmental disasters, beyond the natural aspects, must also be understood as processes socially constructed that have a historicity. This article intends to examine the influence of urban policies on the areas affected by disasters and on the subjects who experience such situations. For this, it analyzes the socioeconomic characteristics, the urban infrastructure conditions, and the perception about the floods and access to housing by the residents of Ururá, Campos dos Goytacazes, in the North of the state of Rio de Janeiro. The methodology consists of a household survey, through the application of questionnaires. The results show a precariousness in the urban infrastructure and conditions of appropriation of the space by the residents of the affected area. Note that the perception of disaster risk is related to the prospect of permanence or exit from the locality, the possibility of acquiring the house and the relations of belonging with the place of origin.

Keywords: disasters, floods, urban space, housing policy.

Érica Tavares

Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFF Campos
E-mail: ericatavs@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira

Doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento
e Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora do Departamento de Serviço Social da UFF Campos
E-mail: antenoras@id.uff.br

Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense
Professora do Departamento de Serviço Social da UFF Campos
E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Clóvis Peixoto Firmo

Bacharel em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais da UFF Campos
E-mail: clovis_firmo@yahoo.com.br

1 - Introdução

As cidades brasileiras constituíram-se como espaço de diversos tipos de precariedades, fazendo com que os desastres ambientais não sejam apenas eventos, mas processos sociais, espaciais, políticos, que podem ser considerados desastres urbanos. Apresenta-se a necessidade de compreensão dos desastres no contexto da gestão urbana, a fim de identificar e analisar os principais fatores que causam esses desastres.

O presente artigo pretende examinar a influência das políticas urbanas sobre as áreas atingidas por desastres e sobre os sujeitos que vivenciam tais situações. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa de *survey* domiciliar, mediante aplicação de questionários, no recorte territorial definido como áreas afetadas por inundações em uma localidade do Município de Campos dos Goytacazes, interior do Estado do

Rio de Janeiro.

Além desta primeira seção, na segunda, apresenta-se uma problematização sobre a concepção dos desastres ambientais. Na terceira seção, este tema é tratado no Município de Campos dos Goytacazes, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, que passou por intervenções urbanas em áreas de desastres através da implementação de políticas habitacionais.

Na terceira seção, as questões se concentram em uma das áreas da cidade mais afetadas por inundações. Analisam-se as características socioeconômicas, as condições de infraestrutura urbana e a percepção sobre as inundações e acesso à habitação por parte dos moradores da localidade de Ururá, no Município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

2. Desastres ambientais e apropriação do espaço urbano

A concepção de cidade utilizada neste trabalho, ao mesmo tempo que a considera como parte integrante de processos sociais e históricos mais amplos também leva em consideração a dimensão da acessibilidade e das oportunidades, segundo a abordagem do direito à cidade. Entretanto, é fácil observar que direitos humanos fundamentais geralmente são infringidos não apenas nas condições sociais e econômicas desiguais da população mas na sua própria espacialização.

No caso brasileiro, o processo de urbanização traz consigo o aprofundamento da desigualdade social. Um reduzido número de grupos sociais concentra a apropriação dos resultados do crescimento econômico, enquanto a maioria da sociedade é responsável pelo trabalho (mesmo que ele não exista para todos) e arca com o ônus da falta ou da precariedade no acesso aos direitos sociais, entre eles a educação, a saúde, a cultura, o transporte coletivo, a terra para o estabelecimento da moradia. Para este último, a forma de apropriação do solo urbano expõe a desigualdade a partir do modo de ocupação desse espaço definido pelos agentes econômicos do setor imobiliário, muitas vezes em aliança com atores governamentais.

Nesse sentido, Carmo (2014, p.3) apresenta dois elementos característicos das cidades brasileiras. Um deles é a desigualdade no acesso a bens e serviços públicos, que definem o que chamou de urbanidade ou a falta dela; e o outro se refere às “especificidades construtivas das moradias onde residem as famílias”, em que o autor inclui o entorno do assentamento formado pelo conjunto dos domicílios. Em decorrência, destaca que as cidades brasileiras apresentam dois tipos de assentamentos populacionais, classificados por ele como “assentamentos precários” e “assentamentos urbanos ‘normais’”.

Os “assentamentos precários” dizem respeito à composição de domicílios em que os residentes são as populações de baixa renda, em áreas sujeitas a inundações, deslizamentos de encostas ou áreas contaminadas. Os domicílios, na maioria das vezes, não possuem a titularidade da terra documentada formalmente. Esses assentamentos constituem o que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) denomina de aglomerados subnormais, também nominados de favela (CARMO, 2014). Por sua vez, os “assentamentos urbanos ‘normais’” possuem a característica da heterogeneidade devido às diferenciações internas e, por isso mesmo, subdividida em dois grupos: “um formado por habitações de população de baixa renda, mas que são distintas das favelas por não serem precárias; outro formado por domicílios residenciais de alta renda, geralmente reunidos em condomínios fechados, verticais ou horizontais” (idem, p.5).

Para Carmo (2014), a cidade desigual que se constituiu a partir de um processo concentrador de renda está na gênese da concepção de “desastre como um processo socialmente construído” no caso brasileiro (CARMO, 2014, p.4). Privilegiar a análise dos desastres no espaço urbano não significa que eles só ocorram em tais áreas, mas sim que

o acelerado processo de urbanização, em especial a partir do século XX, no Brasil, concentrou população e condições para a reincidência desse fenômeno em áreas urbanas.

Portanto, essa diferenciação na forma de ocupação e apropriação do espaço na cidade tem apresentado estreita relação com os desastres ambientais urbanos. Por isso, no campo sociológico, os desastres são vistos como fenômenos sociais. Quarantelli (2005, p. 339) apresenta duas noções fundamentais, entre várias outras, presentes no paradigma corrente adotado por autores das ciências sociais na área dos desastres. A primeira é a de que “os desastres são fenômenos inerentemente sociais”, e a segunda, que “a origem dos desastres se encontra na estrutura social ou no sistema social”. Ao seguir essa linha de raciocínio, considera-se que todos os processos vinculados a ocasiões de desastres também são inerentemente sociais, não existindo fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades.

Ao ilustrar tal perspectiva, o autor acima referido destaca que fenômenos como inundações, que são chamados de “agentes naturais” de desastres”, têm desdobramentos sociais exclusivamente devido às atividades desenvolvidas pelas comunidades antes, durante e após o impacto de um desastre (QUARANTELLI, 2005, p. 343). Diz respeito também aos mecanismos de regulação do uso e apropriação do espaço, pois determinadas ações da sociedade, do mercado e do próprio Estado podem constituir “casos mais graves do que o agente do desastre em si, pois causa vítimas, perdas econômicas e patrimoniais, tensão psicológica e interrupção de atividades cotidianas que são a essência dos desastres” (QUARANTELLI, 1999 apud QUARANTELLI, 2005, p. 343. Tradução nossa)

Acosta (2005) afirma que os desastres são processos multidimensionais e multicausais, com situações de vulnerabilidade derivadas de modelos de desenvolvimento, que têm aprofundado as desigualdades sociais.

Nas situações de crise nos desastres, que ocorre quando são agravados por fenômenos físicos como chuvas, deslizamentos de terra, inundações, entre outros, a forma de incidência, capacidade de resposta e de recuperação se diferencia segundo as condições de infraestruturas sociopolíticas e econômicas existentes. Pesquisas (VALENCIO, 2012; SIQUEIRA, 2015; SIENA, 2012) têm evidenciado que moradores de assentamentos precários são os que frequentemente estão em situação de desastres e, conseqüentemente, aqueles aos quais os impactos dos fenômenos físicos concorrem para o aprofundamento e agudização das condições existentes.

Portanto, os desastres apresentam relação com a localização dos diferentes grupos sociais no espaço e as disputas por sua apropriação, que se manifestam por meio das estratégias dos indivíduos e famílias para uso e produção do espaço urbano. Além disso, os mecanismos de organização do espaço ligados à atuação do Estado (políticas urbanas) e do mercado (este sob a lógica da acumulação de capital) intervêm diretamente nesta apropriação.

3. Áreas de inundações e política urbana em Campos dos Goytacazes

Este trabalho analisa a relação entre desastres e organização do espaço no Município de Campos dos Goytacazes, localizado no Norte do Estado do Rio de Janeiro, que teve seu povoamento sobre uma planície de inundações, caracterizada por relevos suaves e baixas declividades. Com uma população estimada de 490.288 habitantes (IBGE, 2017), a cidade frequentemente é acometida por inundações, entre elas algumas que foram consideradas desastres em função da sua magnitude.

Os diferentes estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) sobre inundações no Norte Fluminense indicaram que, no Município de Campos dos Goytacazes, tais eventos atingiram diferentes áreas da cidade, porém os mais afetados foram os trabalhadores empobrecidos que estabeleceram moradias às margens de rios, lagoas e canais. Isso reforça a afirmação de Valencio (2009, p. 44) de que "os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam, primeiramente, a territorialização dos empobrecidos".

No período compreendido entre finais de 2007 e início de 2008, houve uma grande inundação que afetou várias áreas da cidade. Diversas famílias ficaram dias e até meses fora de suas casas, e muitas demandas do poder público surgiram nesse período. Os estudos também revelaram que esse desastre ambiental teve uma grande contribuição da interferência antrópica pela construção excessiva de diques, que tinham uma dupla função: na área urbana, de proteger a cidade e, na área rural, de ampliar as áreas de fronteira agropecuária e protegê-las das inundações. A falta de manutenção de alguns dos diques de proteção também foi um fator preponderante (SIQUEIRA; MALOGODI, 2013).

Isso demonstra que a explicação para os processos de desastres pode estar nas práticas de uso e ocupação do solo urbano, nos procedimentos históricos adotados para a gestão urbana, na disputa entre os diversos atores sociais para a apropriação da cidade e nas relações sociais construídas a partir destes elementos.

No caso do Município de Campos dos Goytacazes, as intervenções do poder público na área dos desastres relacionados à água estão estreitamente ligadas às políticas urbanas na área de habitação. Como resposta aos eventos de inundações, a prefeitura se concentrou em ações que promoviam o reassentamento das famílias para áreas consideradas seguras, por meio de programas habitacionais, como o Aluguel Social, e/ou da cessão de unidades habitacionais. Em seguida, foi lançado o programa Morar Feliz, destinado, sobretudo, para as famílias que se encontravam residindo nas áreas consideradas de risco, como beira de rios, lagos e lagoas, e rodovias e ferrovias.

De acordo com Mendes (2015), essa ênfase do programa em área de risco precisa ser ressaltada, pois, durante o processo de execução do programa Morar Feliz, foi utilizada como argumentação para ações arbitrárias e autoritárias, forçando o reassentamento de inúmeras famílias nos conjuntos habitacionais. Assim, por meio da ambientalização da questão, se negava a discussão política e evitava-se o

debate com a comunidade atingida e demais setores da sociedade.

Pautado no discurso do risco e da ocupação irregular de áreas de preservação ou impróprias para moradia, a solução mais imediata e rápida foi a remoção. De acordo com Siena (2012), a política de remoção, instituída pelo poder público e destinada para as famílias que se encontram em áreas de risco, é tida como uma forma de prevenção e de preservação da integridade física dos ali residentes, muitas vezes permitindo o uso político eleitoreiro.

Outro aspecto destacado pela referida autora está na transformação de "área carente" em "área de risco", o que vem permitindo uma mudança na forma de atuação do Estado. Valencio (2009) também analisa esse termo:

O termo 'área de risco' corrobora com os significados do termo precedente, mas acresce componentes do ambiente natural na equação. (...) Tudo se passa, entretanto, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco auto-imposto à vida, uma convivência arbitrária dos moradores do local com ameaças naturais o que converteria sua territorialização em algo inadmissível, ilegítimo. (VALENCIO, 2009 p. 35).

Se, na primeira, ela deveria atuar por meio da promoção de serviços sociais e econômicos que permitam a melhoria da qualidade de vida da população, na segunda, a atuação é por meio da remoção ou da evacuação. Não há muita negociação, porque o que está em jogo é a integridade física da população, desconsiderando o contexto e as causas que levaram à ocupação, bem como as dimensões materiais e simbólicas da vida dos moradores.

Na primeira fase do Programa Morar Feliz, foram reassentadas 4.256 famílias, na sua maioria originárias das áreas de risco. De acordo com Mendes (2015) e Azevedo, Thimóteo e Arruda (2013), as famílias reassentadas enfrentaram vários problemas no seu novo lugar de moradia, como a falta de transporte de qualidade e regular; de equipamentos sociais, como escolas e unidades de saúde; e de áreas de lazer. Ocorreu também a fragilização dos vínculos familiares e afetivos, bem como da rede de solidariedade.

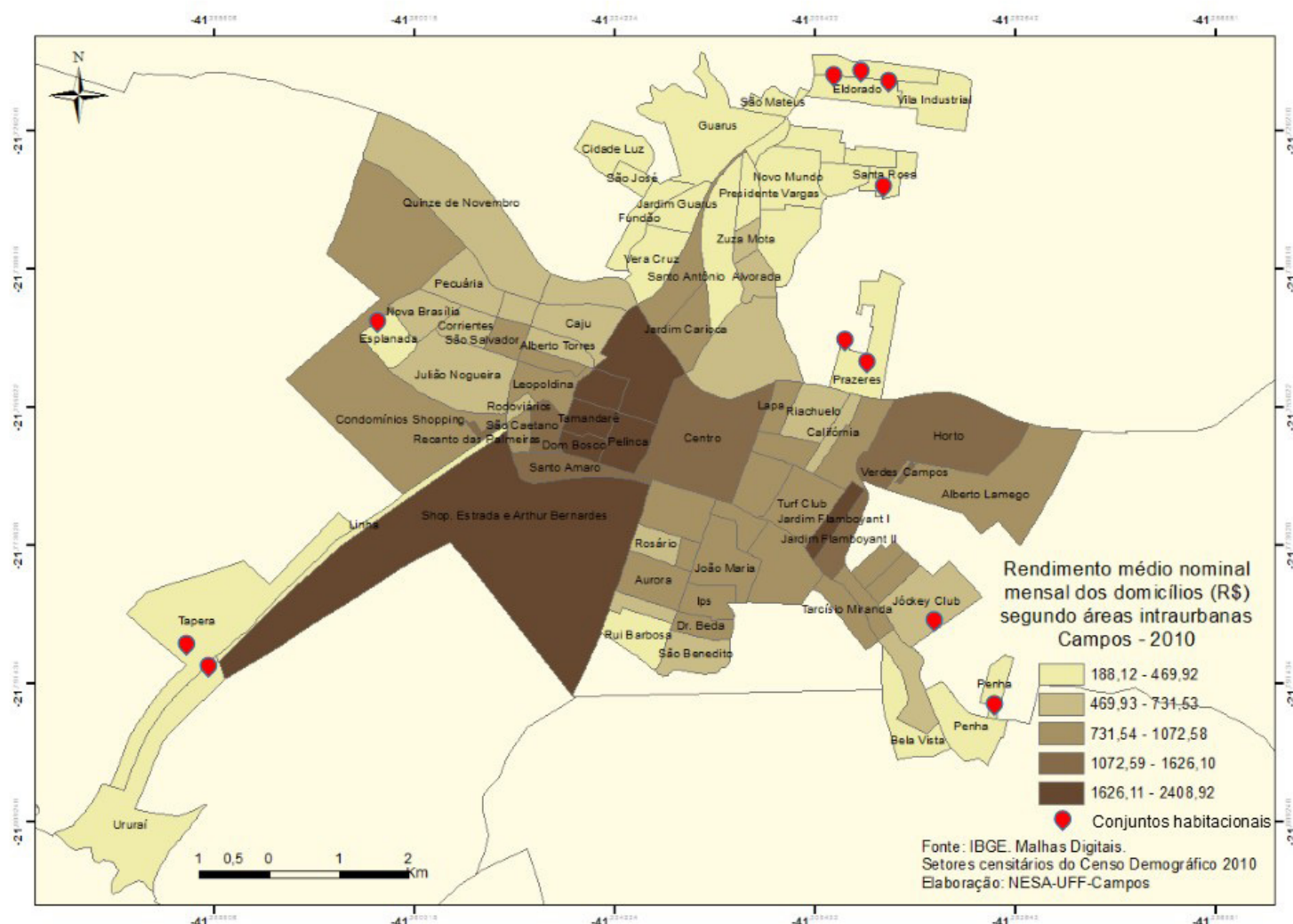
Além disso, na sua primeira fase, o Programa Morar Feliz foi realizado sem a participação efetiva da população atingida, indo na contramão do que preconizam as diretrizes da Política Nacional de Habitação de Interesse Social, que também indica a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano para os segmentos de classe mais pobres. Entretanto, há uma ratificação da fragmentação e setorialização das políticas sociais, que não compreendem o sujeito na sua integralidade.

A Figura 1, sobre o rendimento médio dos domicílios dos bairros, constitui uma representação dos diferentes grupos sociais no espaço da cidade de Campos dos Goytacazes. Sobre essa espacialização, inserimos a localização dos conjuntos habitacionais que foram construídos dentro dessa área urbanizada. Nota-se que foram colocados justamente nas áreas com menores médias de rendimento. Essas áreas já possuíam carência de acesso a alguns serviços e condições de infraestrutura urbana antes da inserção dos conjuntos.

Portanto, os desastres ambientais podem ser decorrentes tanto de eventos naturais como da intervenção da sociedade, do Estado e do mercado no espaço. Ao mesmo tempo, os desastres

também desencadeiam diversas intervenções por parte desses atores, que os utilizam como justificativas para determinadas ações, por isso devem ser encarados como um processo social.

FIGURA 1 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS DOMICÍLIOS EM ÁREAS URBANAS DE CAMPOS - 2010



4. A questão habitacional e as experiências com as inundações em Ururá

O bairro de Ururá fica localizado ao sul do Município de Campos dos Goytacazes, cortado pela BR 101 em direção ao Rio de Janeiro. O povoamento dessa localidade esteve bastante atrelado à presença do Município de Campos na agroindústria açucareira nacional no século passado, já que muito da dinâmica social do lugar foi determinado pela presença da Usina Cupim, que, além de empregar várias pessoas, concedeu terrenos e casas para as famílias. Entretanto, a ocupação do espaço se deu muito próxima ao Rio Ururá, que circunda parte do bairro, atravessando a própria BR 101 (FIRMO, 2016).

Sobre a metodologia, a pesquisa empreendida pelo NESA em Ururá considerou apenas áreas afetadas por inundações

no bairro. A coleta de dados se deu pela realização de um censo com os domicílios dessas áreas, utilizando-se como instrumento de pesquisa um questionário¹ aplicado, por meio de entrevista, a um morador de cada um dos 232 domicílios ocupados, que deveria ter mais de 18 anos e se dispor a participar da pesquisa.

Embora o objetivo da pesquisa seja mais amplo e envolva outras dimensões, o foco deste artigo é examinar a influência das políticas urbanas sobre as áreas atingidas por desastres e sobre os sujeitos que vivenciam tais situações. Para tanto, analisam-se as características socioeconômicas, as condições de infraestrutura urbana, e a percepção sobre as inundações e acesso à habitação por parte dos moradores da localidade de Ururá.

4.1. Infraestrutura urbana e características socioeconômicas

Nesta subseção, pretende-se apresentar, de maneira geral, as condições domiciliares e algumas características sociais e econômicas da população residente. Sobre a ocupação do espaço, no geral, os domicílios estão em uma área que apresenta certa dificuldade de definição da propriedade do terreno. Foi possível notar a coexistência de vários domicílios construídos em um mesmo lote. Somente 37% dos domicílios estão em lotes em que há apenas o próprio domicílio. Entre os demais, alguns estão em lotes nos quais foi possível observar vários domicílios aglomerados. Quanto ao tamanho das residências, a maior parte possui 4, 5 ou 6 cômodos por domicílio (78% do total).

Sobre a estrutura da casa, nota-se que menos da metade dos domicílios (41,1%) são de construções de alvenaria com revestimento e pintura; 27,2% dos domicílios são feitos apenas de alvenaria (só tijolo); e 28,9%, de alvenaria com revestimento (reboco)². Vale notar que, mesmo nos casos em que há alvenaria com revestimento e pintura, as condições de algumas casas são precárias, com rachaduras muito evidentes, algumas devido a inundações passadas. Destaca-se também que muitos moradores afirmaram que ficam com receio de reformarem suas residências por não terem certeza se permanecerão naquela área onde residem, devido ao processo de remoção que a área vem sofrendo.

Em relação aos serviços de energia elétrica, água, esgoto e telefonia, observou-se que são precários em vários domicílios da localidade. Alguns entrevistados associaram tal precariedade à situação irregular do terreno e reconheceram que a falta de acesso adequado fica inviabilizada por não terem documentação (escritura), mostrando certo conformismo em relação ao não acesso a esse direito, por considerarem que estão em situação "irregular".

Quanto ao acesso à rede de esgoto, por exemplo, fica evidente a situação precária, pois apenas 25,9% das residências têm acesso à rede regular de esgoto, e 38,4%

dos entrevistados afirmaram que possuem fossa. No que se refere ao fornecimento de água, a maioria declarou que seus domicílios têm acesso à rede regular (81,9%); entretanto, foi possível notar que muitos que declararam "rede regular", o entendem dessa forma pelo fato de a água vir da concessionária, mas "pegarem" essa água de fonte da própria rua, sem pagar conta. Sobre a energia elétrica, a maior parte possui medidor e paga conta de luz (cerca de 70%); já quase 30% dos domicílios declararam que possuem acesso à energia, mas não têm medidor. Quanto à coleta de lixo, a maior parte declarou que há coleta de lixo regular ou que o lixo é colocado em caçamba na rua mais próxima do asfalto (93,1% dos domicílios nestas duas categorias).

Sobre algumas características sociais e econômicas, nota-se que, em relação à escolaridade, a área pesquisada em Ururá apresenta uma taxa elevada de indivíduos que não tiveram acesso à instrução ou não possuem nível fundamental completo, 63,5% do total de pessoas residentes nessas áreas. Mesmo considerando apenas a população de 18 anos ou mais que, em princípio, já poderia ter acessado o nível superior, não há uma redução significativa. Entre esses jovens ou adultos, o percentual de sem instrução ou de nível fundamental incompleto, apesar de diminuir um pouco pela retirada dos mais jovens, permanece com mais da metade, ou seja, 54,7% da população se encontra nesta condição. No outro extremo, há apenas 11 pessoas que possuem ou estão cursando o nível superior, 2,1% do total da população com 18 anos ou mais (TAVARES; SIQUEIRA, 2015).

Quando se faz a análise sobre a renda domiciliar total per capita³, verifica-se que 51% dos domicílios possuem renda de até meio salário mínimo; 32% possui de meio a um salário mínimo, outros 17% apresentam renda domiciliar per capita de mais de dois salários mínimos, considerando o salário mínimo no valor de R\$ 788,00 na época em que a pesquisa foi realizada.

4.2. A experiência com as inundações e a percepção sobre o risco

Como previsto, uma vez que foi critério da pesquisa considerar diretamente as áreas afetadas por inundações em Ururá, 86,6% das casas haviam sido atingidas por inundações. Entre essas (200 famílias), metade das famílias foram afetadas uma vez, enquanto a outra parte variou de duas ou mais vezes. Ainda entre essas 200 famílias, 184 já precisaram sair de casa ao menos uma vez devido a inundações (ou seja, cerca de 80% de todas as famílias pesquisadas, e 92% entre as que tiveram a casa inundada), indo para abrigos ou casa de parentes/amigos.

Diante dessa realidade, a principal justificativa utilizada pelo poder público é a concepção de que a área estudada é uma área de risco, devido, sobretudo, à proximidade com o rio e ao histórico de experiência com as inundações na localidade. Entretanto, vale notar que muitos domicílios foram afetados apenas uma vez (162 domicílios, quase 70% dos estudados), justamente na inundação de 2007/2008, cujos motivos foram muito além dos naturais, como já especificado, com

a confusa construção dos diques. Mas devido ao discurso em torno do risco, a pesquisa também buscou apreender a percepção dos moradores sobre o risco em relação à área em que residem.

As respostas, quando questionados se achavam que o domicílio está em uma área de risco, foram bem divididas, 47,4% dos entrevistados disseram "Sim", enquanto outros 51,7% manifestaram que não percebem seu lugar de moradia como área de risco; dois entrevistados não responderam. Após essa pergunta, tanto ao concordarem quanto ao discordarem, os entrevistados foram questionados sobre o porquê da resposta positiva ou negativa.

Entre aqueles que disseram "Sim" (acham que estão em área de risco), os motivos estavam relacionados à proximidade com o rio, à ocorrência das inundações, à estrutura ruim das casas, rachaduras, etc. Mas alguns moradores também ressaltaram que a inundação muito intensa ocorreu apenas uma vez (em 2008), e que, nas demais vezes, era possível

lidar com o evento de desastre, reformar a casa, comprar alguns móveis perdidos, entre outras coisas, para remediar a situação pós-desastre.

Já entre aqueles que manifestaram não achar o lugar onde moram uma área de risco, as razões também estiveram ligadas ao fato de que, geralmente, a água não chega em suas casas, ou ao fato de ter ocorrido apenas uma inundação muito intensa. Também falaram da ausência do poder público em buscar "resolver o problema"; disseram não quererem sair dali, além de citarem outros riscos, como a violência, o tráfico de drogas, a criminalidade - que seriam "piores", segundo eles. Alguns fizeram menção à informação de que outros já haviam dito que o local é uma área de risco.

Esse foi o questionamento feito na sequência do questionário: se alguém já havia dito que aquele lugar era área de risco. Da mesma forma, aproximadamente metade disse "Sim" e a outra metade, "Não" (48,7% e 50,4%, respectivamente). Entre os que disseram que já ouviram ou foram informados que o domicílio está em área de risco, a maior parte citou que foi a Defesa Civil que informou/notificou. Outros citaram ainda assistentes sociais, representantes da prefeitura/supervisor de bairro, além de moradores e parentes.

Se correlacionarmos as pessoas que declararam que pretendem sair da casa devido às inundações com a percepção sobre a área de risco, também é possível supor que há uma relação entre essas variáveis (Tabela 1). Embora o mais

recorrente sejam pessoas que não gostariam de sair de suas casas, também encontramos várias que manifestaram interesse em sair. Alguns disseram ainda que pretendiam/gostariam de sair da casa, mas não gostariam de sair do bairro; entre esses, alguns já estavam à espera inclusive de uma casa pelo Programa Habitacional Morar Feliz da prefeitura. Nota-se que, para estes que querem sair (69 pessoas em domicílios), a maior parte (75%) disse que morava em área de risco. Já entre os que não queriam sair da casa, a percepção de que o lugar é uma área de risco se restringe a um percentual menor (36,9%).

TABELA 1 - CRUZAMENTO SOBRE PERCEPÇÃO DA ÁREA DE RISCO E PRETENSÃO DE SAÍDA: DOMICÍLIOS EM ÁREAS AFETADAS POR INUNDAÇÕES EM URURAI (CAMPOS/RJ) - 2015

O domicílio está em uma área de risco?	Pretende sair da casa para outro bairro em função das cheias?		Total
	Sim	Não	
Sim	75,4	36,9	110
Não	24,6	63,1	116
Total (100%)	69	157	226

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

4.3. A experiência com as inundações e a questão habitacional

Como visto acima, ao serem questionados sobre a pretensão de se mudarem do bairro em função das cheias, a maior parte dos entrevistados manifestou que não têm essa vontade (157 pessoas, correspondendo a 67,7% dos que responderam tal questão). Alguns afirmaram que sairiam das casas em que se encontram, porém não do bairro de Ururá; outros disseram que gostariam de sair, pois sabiam que estavam em uma área de enchentes, em situação habitacional precária, reconhecendo a falta de infraestrutura, mas preferiam ir para outra área dentro de Ururá mesmo.

Como a pergunta se referiu à mudança de bairro, aqueles que disseram que mudariam de casa, mas não do bairro, não foram considerados como apresentando a resposta "Não". Entretanto, entre os que disseram que possuem interesse em sair mesmo do bairro, é possível apontar que a aceitação quanto a sair estaria vinculada à proximidade com o bairro de origem e à expectativa de receber alguma casa em conjunto habitacional, por meio do programa Morar Feliz.

Ao abordar mais especificamente a questão habitacional, tratando sobre as remoções recentes realizadas no bairro, foi perguntado se os informantes conheciam alguém que recebeu casa popular da prefeitura. Caso "Sim", foram solicitadas a opinar se achavam que aquelas famílias que saíram estariam satisfeitas ou não. Embora o percentual tenha sido maior apontando na direção da insatisfação (91

entrevistados que conheciam, 42,9%), as respostas foram bem variadas (Tabela 3).

Entre os motivos de insatisfação, os mais citados referiram-se à violência, às brigas, aos conflitos, e às facções ligadas ao tráfico de drogas; outros foram mais genéricos e falaram da não adaptação de modo geral; alguns também disseram que o próprio fato de as famílias terem retornado revelava a insatisfação. Outros motivos menos citados também apareceram, como: distância, localização ruim, perda de laços, preferência por Ururá, etc. Quanto à satisfação com a casa, o maior motivo foi o acesso à infraestrutura melhor, à casa própria, a não pagar aluguel, ou simplesmente ao fato da família não ter saído, não reclamar. Houve ainda várias respostas pouco definidas ou mal especificadas (Tabela 2).

Em seguida, os entrevistados foram questionados se conheciam pessoas/famílias que haviam deixado o bairro para morar em conjuntos habitacionais, mas retornaram. Entre os que disseram anteriormente que sabiam de pessoas que haviam recebido casas, a maior parte (180 entrevistados correspondendo a 81,8% desses) conhecia pessoas que voltaram. Em relação aos motivos para o retorno das famílias, quase 80% dos que conheciam os que retornaram indicaram como motivos os mesmos ditos anteriormente: violência, brigas, conflitos, facção; e o fato de não terem se adaptado, não conhecerem pessoas, entre outros motivos.

Portanto, entre os que manifestaram insatisfação, e considerando a percepção apenas sobre aqueles que voltaram, os conflitos que passaram a vivenciar no bairro

de destino, no conjunto habitacional, assim como o desconhecimento do lugar são apontados pelos vizinhos como os principais motivos para a volta.

TABELA 2 - OPINIÃO SOBRE SATISFAÇÃO OU INSATISFAÇÃO COM A CASA POR CONHECIDOS: DOMICÍLIOS EM ÁREAS AFETADAS POR INUNDAÇÕES EM URURAI (CAMPOS/RJ) - 2015

Motivo da satisfação ou insatisfação com a casa	Frequência	Porcentagem válida (%)
Insatisfação		
Violência, brigas, conflitos, facção	37	17,5
Não gostaram / Não se adaptaram / Não conheciam	22	10,4
Distância, localização ruim	4	1,9
Longe de familiares ou conhecidos/perda de laços	2	0,9
Dificuldade com serviços públicos, escola, transporte, etc.	1	0,5
As pessoas retornaram e outros motivos	23	10,8
Preferência por Ururai/ Mesmo com enchentes, problemas	2	0,9
Subtotal	91	42,9
Satisfação		
Não têm vontade de sair / O bairro é bom / Não reclamam	16	7,5
Infraestrutura melhor / Casa boa	31	14,6
Casa própria / Não pagar aluguel	2	0,9
Porque saíram de uma área de risco	9	4,2
Subtotal	58	27,2
Respostas variadas		
Depende do lugar	2	0,9
Outros / Alguns destes	12	5,7
Não sabe / Mal especificada / Sem resposta	49	23,1
Subtotal	63	29,7
Total Geral	212	100

Fonte: NESA-UFF-Campos - 2015

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

**SEM
DÚVIDA,**

a **Candido** é a melhor escolha!

Conclusão

Neste artigo, abordamos que os desastres são processos socialmente construídos e, portanto, devem ser analisados considerando aspectos que se fazem presentes antes e após os eventos. A pesquisa realizada com os moradores de Uruaí, localidade atingida por um desastre relacionado à água, principalmente em 2008, ilustra bem esta concepção.

Sobre estarem residindo em área de risco, é importante observar que, apesar de haver um equilíbrio entre aqueles que consideram a área como de risco e os que não consideram, é fato que a grande maioria não gostaria de deixar o bairro em função da proximidade com o rio. Observou-se também que muitos moradores removidos para outros bairros semelhantes em termos de infraestrutura retornaram para a localidade. Ou seja, as inundações não são motivo para a saída do bairro. Tal fato leva-nos a analisar as dimensões sociais e de infraestrutura urbana como as mais importantes para o processo de saída do bairro. A falta de segurança, a precariedade das casas e do seu entorno, a falta de equipamentos sociais, a violência e a possibilidade de acessar à casa própria são fatores mais relevantes para a saída do bairro. Apesar da

expectativa de alguns moradores com o programa Morar Feliz, após a realização da pesquisa, não houve muitos avanços na entrega das demais casas, e a mudança no governo municipal também indica restrição dessa possibilidade.

Portanto, os resultados mostram que há uma precariedade na infraestrutura urbana e condições de apropriação do espaço por parte dos moradores da área afetada em relação a outras áreas da cidade. Nota-se, ainda, que a percepção sobre o risco de desastre está relacionada à perspectiva de permanência ou saída da localidade, à possibilidade de aquisição da casa própria e às relações de pertencimento ao lugar de origem, entre outros elementos.

Além disso, os dados podem corroborar para a necessidade de se pensar em outras alternativas para o problema das inundações do que a remoção das famílias, como a urbanização dessas áreas, quando possível, ou o reassentamento no próprio bairro ou em áreas próximas, buscando preservar os vínculos sociais e afetivos destes moradores. Convidar a população para o diálogo, envolvendo-a no processo também se faz importante para que outras possibilidades sejam vislumbradas.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, V. G. **La construcción social de riesgos y el huracán Paulina**. Cidade do México: CIESAS, 2005.
- AZEVEDO, S.; TIMÓTEO, G. M.; ARRUDA, A. P. S. Habitação Social e Segregação Especial: implicações do Programa Municipal "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**, 2013.
- CARMO, R. L. Urbanização e Desastre: Desafios para a Segurança Humana no Brasil. In: CARMO, R. e VALENCIO, N. (Orgs). **Segurança Humana no contexto de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.
- FIRMO, C. P. **Organização socioespacial e intervenções no espaço urbano de Campos dos Goytacazes**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.
- MENDES, J. T. N. O ato de habitar a partir de um programa habitacional. In: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGODI, M. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água**. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. 1ª ed. São Carlos: RiMa, 2015.
- QUARANTELLI, E. L. A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation. In: PERRY, R. & QUARANTELLI, E. L. (Orgs.). **What is a Disaster? New Answers to Old Questions**. Lexington: Xlibris, 2005.

- SIENA, M. **A atenção social nos desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2012.
- SIQUEIRA, A. M. M.; MALAGODI, M. A. S. Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes, RJ: o caso de Uruaí. In: LEITE, A. F.; GOMES, M. A. (Org.). **Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense**. 1ª ed. Campos dos Goytacazes/RJ: Essentia, 2013, v. 01, p. 35-66.
- SIQUEIRA, A. M. M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGODI, M. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**. 1ª ed. São Carlos: RiMa, 2015, v. 1, p. 46-57.
- TAVARES, E.; SIQUEIRA, A. M. M. **Espaço urbano, questão habitacional e as experiências com as inundações em Uruaí**. Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos): Relatório de pesquisa, 2015.
- VALENCIO, N. Da morte da Quimera à procura de Pígasos: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. (orgs). **Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.
- VALENCIO, N. **Para além do "dia do desastre": o caso brasileiro**. Curitiba: Appris, 2012.

NOTAS

- 1 - As entrevistas realizadas tiveram como entrevistadores professores e alunos. Devido ao tamanho deste artigo, não foi possível anexar o questionário, para maiores informações metodológicas, conferir em Tavares; Siqueira (2015).
- 2 - Para uma pequena porcentagem (3,9% - 9 domicílios) não foi possível identificar.

- 3 - A renda domiciliar total está em valores nominais (não comparáveis a 2010, portanto). Considera-se, nesta distribuição a renda proveniente do trabalho, aposentadorias, pensões e benefícios. Para cada domicílio foi considerado o total desta renda dividido pelo número de residentes. O rendimento médio domiciliar total nominal foi de R\$ 440,10; se considerar o rendimento médio apenas para os que apresentam algum tipo de renda (desconsiderando os dependentes), este valor eleva-se para R\$ 945,63 (valores de 2015, quando a pesquisa foi realizada).

VESTIBULAR 2018
INSCRIÇÕES ABERTAS

**SEM
DÚVIDA.**
a Candido é a melhor escolha!